



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 090 SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2004 EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS
62.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	MENSAGEM.....	04
ORDEM DO DIA	04	REQUERIMENTOS.....	06
PAUTA	04	INDICAÇÃO.....	06
ATA	04	OFÍCIOS	10

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
Presidente

1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)
2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)
3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)
4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar (PFL)
2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.
3. Deputado Camilo Figueiredo - licenc.
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
5. Deputado César Pires (PFL)
6. Deputado Francisco Gomes (PFL)
7. Deputado Geovane Castro (PFL)
8. Deputado João Evangelista (PFL)
9. Deputado Joaquim Haickel (PSB)
10. Deputado Manoel Ceará (PL)

11. Deputada Maura Jorge (PFL)
12. Deputado Max Barros (PFL)
13. Deputado Pedro Veloso (PSDC)
14. Deputado Reginaldo Nunes (PL)
15. Deputado Pavão Filho (PRONA)
16. Deputado Rigo Teles (PFL)
17. Deputado Rubens Pereira (PFL)
18. Deputada Telma Pinheiro (PFL)
19. Deputada Teresa Murad (PSB)
20. Deputado Wilson Carvalho (PFL)

Líder

Deputado Rubens Pereira (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar (PFL)
Deputado Rigo Teles (PFL)
Deputada Maura Jorge (PFL)

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago (PSDB)
2. Deputado Alberto Franco (PSDB)
3. Deputado Antonio Pereira (PPS)
4. Deputado Carlos Braide (PMDB)
5. Deputado Carlos Filho (PV)
6. Deputada Cristina Archer (PSDB)
7. Deputado Deusdedith Sampaio (PMDB)
8. Deputado Elígio Almeida (PT)

9. Deputado Hélio Soares (PP)
10. Deputado Humberto Coutinho (PTB)
11. Deputada Janice Braide (PTB)
12. Deputado José Lima (PV)
13. Deputado Manoel Ribeiro (PTB)
14. Deputado Paulo Neto (PSC)
15. Deputada Socorro Waquim (PMDB)
16. Deputado Soliney Silva (PP)
17. Deputado Stênio Resende (PMDB)

Líder

Deputado Soliney Silva (PP)

Vice-Líderes

Deputado Stênio Rezende (PMDB)
Deputada Cristina Archer (PSDB)
Deputada Socorro Waquim (PMDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra (PT)
2. Deputada Graça Paz (PDT)
3. Deputada Helena Barros Heluy (PT)
4. Deputado Julião Amin (PDT)

5. Deputado Luiz Pedro (PDT)
6. Deputado Mauro Bezerra (PDT)
7. Deputado Rubem Brito (PDT)

Líder

Deputado Luiz Pedro (PDT)

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra (PT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide (PMDB)
Deputado Soliney Silva (PP)
Deputado Pavão Filho (PRONA)

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Barros Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luis Pedro (BPO)	Júlio Amin (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luis Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Eligio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Paulo Neto (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Fortunato Macedo (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Eligio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Fortunato Macedo (BPO)

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.Titulares

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Rigo Teles (BPD)
 Antonio Bacelar (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Antonio Pereira (BPP)
 Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.Titulares

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE
 Fortunato Macedo (BPO)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Carlos Braide (BPP)
 Teresa Murad (BPD)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
 Humberto Coutinho (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)
 Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Paulo Neto (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)

Suplentes

Janice Braide (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Elígio Almeida (BPP)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.Titulares

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Socorro Waquim (BPP)
 Carlos Filho (BPD)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Alberto Franco (BPP)
 Rigo Teles (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.Titulares

Deusedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE
 José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Janice Braide (BPD)
 Carlos Filho (BPP)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Paulo Neto (BPD)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.Titulares

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Wilson Carvalho (BPD)
 João Evangelista (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Alberto Franco (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 João Evangelista (BPD)
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Carlos Filho (BPD)
 Manoel Ceará (BPP)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Fortunato Macedo (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.Titulares

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE
 Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Janice Braide (BPP)

Suplentes

Elígio Almeida (BPP)
 Stênio Resende (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30/08/2004 - 2.^a FEIRA**GRANDE EXPEDIENTE**

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004.-2ª FEIRA**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL EM VOTAÇÃO****PRIMEIRO TURNO – VOTAÇÃO NOMINAL**

SUBSTITUTIVO à Proposta de Emenda Constitucional nº 017/04, de autoria do Poder Executivo, capeado pela Mensagem Governamental nº 120/04, que dá nova redação ao § 8º, do art. 19, da Constituição Estadual., oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Carlos Braide. – **ENCERRADA A DISCUSSÃO E O ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO, A PRESENTE MATÉRIA FOI TRANSFERIDA POR FALTA DE “QUORUM” REGIMENTAL.**

PROJETO DE LEI EM VOTAÇÃO EM ÚNICA DISCUSSÃO – REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 118/04, capeado pela Mensagem Governamental nº 066, que Dispõe sobre a criação de cargo em comissão de capelão religioso na Polícia Militar do Maranhão. – Oferecido parecer favorável em conjunto, pelas Comissões de Justiça, Orçamento e Administração Pública. - **TRANSFERIDA POR FALTA DE “QUORUM” REGIMENTAL.**

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:**DATA: 30/08/2004 – 2º FEIRA:****URGÊNCIA 1º SESSÃO:**

1. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 006/04, enviado pela Mensagem Governamental Nº 070/04, que dá nova redação ao art. 54; ao caput e ao parágrafo único do art. 78, da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Grau do Estado do Maranhão; altera a redação do art. 3º da Lei nº 7.885, de 23 de maio de 2003, e dá outras providências.

ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 117/04, de autoria do Senhor Deputado Elício Almeida, que considera de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Novo Bacabal, com sede e foro em Bacabal-MA.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 25 de agosto de 2004.

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

Ata da Septuagésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em vinte seis de agosto do ano dois mil e quatro.

Presidente deputado Reginaldo Nunes.
Primeira secretária deputada Janice Braide.
Segundo secretário deputado Francisco Gomes.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os deputados Aderson Lago, Antônio Carlos Bacelar, Carlos Braide, Cristina Archer, Domingos Dutra, Francisco Gomes, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Humberto Coutinho, Janice Braide, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Mauro Bezerra, Pedro Veloso, Reginaldo Nunes, Rubem Brito, Soliney Silva, Stênio Rezende e Wilson Carvalho.

Ausentes Alberto Franco, Antônio Pereira, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Filho, César Pires, Deusdedit Sampaio, Elício Almeida, Geovane Castro, Hélio Soares, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Maura Jorge, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Rigo Teles, Rubens Pereira, Socorro Waquim (com justificativa), Telma Pinheiro e Teresa Murad.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO FRANCISCO GOMES – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder a leitura do Expediente.

A SENHORA PRIMEIRA SECRETÁRIA JANICE BRAIDE – (Lê Expediente).

II – EXPEDIENTE**MENSAGEM Nº 070 /2004**

São Luís, 24 de agosto de 2004.

Senhor Presidente,

Estou encaminhando, na forma do § 1º do art. 42, da Constituição Estadual, para apreciação de Vossa Excelência e dos Senhores Deputados, a presente Medida Provisória nº 006, de 24 de agosto de 2004, acompanhada da Exposição de Motivos nº 014, de 24 de agosto de 2004, que versa sobre alteração e revogação de dispositivos do Estatuto do Magistério de 1º e 2º Grau do Estado do Maranhão.

Pretendo, com a referida Medida Provisória, fazer retomar benefícios anteriormente concedidos pela Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994, modificados que foram pela Medida Provisória nº 001, de 29 de agosto de 2004, em curso nessa Augusta Assembléia, atendendo assim, a reivindicação da categoria dos Professores de 1º e 2º Grau.

Esperando que este pleito mereça de Vossa Excelência e de seus ilustres Pares, a melhor acolhida, apresento-lhe protestos da mais elevada consideração.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Governador do Estado do Maranhão

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 006 DE 24 DE AGOSTO DE 2004.

Dá nova redação ao art. 54; ao caput e ao parágrafo único do art. 78, da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão; altera a redação do art. 3º da Lei nº 7.885, de 23 de maio de 2003, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 42 da Constituição Estadual, e tendo em vista o comando contido no art. 169 da Constituição Federal combinado com os artigos 19, II, 22 e 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º. O art. 54; o caput e o parágrafo único do art. 78, da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54. O vencimento base do titular de cargo do Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º Graus é o fixado em lei e, o percentual de uma referência para outra será de 5% (cinco por cento) acumulativamente.

Parágrafo único. O cumprimento da parte final do disposto no caput deste artigo fica condicionado à observância do contido no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.”

“Art. 78. A carga horária do Pessoal do Magistério é de 20 (vinte) horas semanais estabelecidas da seguinte forma:

Parágrafo único. O Professor, em efetiva regência de classe, quando atingir 50 (cinquenta) anos de idade e tiver pelo menos 20 (vinte) anos de exercício no magistério, poderá, a seu pedido, ter reduzido com 50% (cinquenta por cento) o número de horas a ele atribuídas sem prejuízo de sua remuneração”.

Art. 2º. O art. 3º da Lei nº 7.885, de 23 de maio de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. A tabela de vencimento do Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º Graus é a fixada pelo Anexo Único desta Medida Provisória.

Parágrafo único. A aplicação do percentual de que trata o art. 54 da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994 fica suspensa, até que o Poder Executivo publique nova tabela, condicionada à observância do contido no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º. Ficam revogados os arts. 55, 56 e 57 da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994; o § 1º e seus incisos, o § 2º do art. 3º e o Anexo da Lei nº 7.885, de 23 de maio de 2003.

Art. 4º. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 001 de 29 de julho de 2004.

Art. 5º. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Fica revogada a Medida Provisória nº 001 de 29 de julho de 2004.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 24 DE AGOSTO DE 2004, 183º DA INDEPENDÊNCIA E 116º DA REPÚBLICA.

ANEXO ÚNICO
TABELA DE VENCIMENTO
GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO 1º E 2º GRAUS

REFERÊNCIAS	VENCIMENTO
1	260,00
2	260,00
3	260,00
4	260,00
5	260,00
6	264,87
7	270,61
8	276,64
9	282,97
10	289,62
11	299,91
12	314,90
13	330,65
14	347,18
15	364,54
16	382,78
17	401,91
18	422,01
19	443,12
20	465,27
21	488,52
22	512,95
23	538,59
24	565,53
25	593,80


ESTADO DO MARANHÃO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 014/2004-GAB/SEPLAN
São Luís, 24 de agosto de 2004.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Governador do Estado
NESTA

Senhor Governador,

Submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Medida Provisória, onde se pretende modificar a redação e acrescentar dispositivos às Leis nº 6.110, de 15 de agosto de 1994 e nº 7.885, de 20 de maio de 2003, que dispõem sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão.

A sugestão apresentada, por meio desta nova Medida Provisória substitui, valorosamente, os termos da Medida Provisória 001, adotada a partir de 29 de julho de 2004, e visa primordialmente restabelecer benefícios anteriormente previstos para a classe do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado, como base em acordo firmado pelo Governo maranhense e representantes do Grupo Magistério, evitando-se, dessa maneira, solução de continuidade das atividades docentes com claros prejuízos à classe estudantil e à perseguição a melhores índices do IDH, objeto de preocupação constante de Vossa Excelência.

Necessário ressaltar que o interesse público encontra-se resguardado, na medida em que as alterações ora propostas somente serão incrementadas, principalmente no que diz respeito à remuneração daqueles servidores estaduais, na proporção em que o equilíbrio fiscal se concretize.

Nesse contexto fica patente a urgência indispensável da matéria submetida a vossa deliberação, em razão das notícias quanto à deflagração de greve anunciada pelos profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino, com reflexos prejudiciais no calendário escolar, o que torna relevante a adoção desta Medida Provisória, com base no § 1º do art. 42 da Constituição Estadual.

Respeitosamente,


SIMÃO CIRINEU DIAS
Secretário de Estado de Planejamento,
Orçamento e Gestão

REQUERIMENTO Nº 170 / 2004

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Especial, composta de 05 (cinco) membros, para fazer gestão junto a Companhia Vale do Rio Doce, no sentido de liberar o transporte de cargas, através da linha ferroviária da referida Companhia, objetivando minimizar as dificuldades que ora passam os caminhoneiros, em face dos problemas estruturais da ponte do Estreito dos Mosquitos, principal acesso à capital de São Luís.

PLENÁRIO DEPUTADO “GERVÁSIO SANTOS”, DO PALÁCIO “MANOEL BEQUIMÃO”, em 26 de agosto de 2004. MANOEL RIBEIRO - Deputado Estadual.

NÃO HOUVE “QUORUM” PARA VOTAÇÃO DESTE REQUERIMENTO, MAS EM VIRTUDE DA RELEVÂNCIA DO ASSUNTO A SER TRATADO, OS DEPUTADOS PRESENTES À SESSÃO, EM COMUM ACORDO COM A PRESIDÊNCIA DECIDIRAM PELA CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO COMPOSTA PELOS DEPUTADOS ADERSON LAGO, MANOEL RIBEIRO, PEDRO VELOSO, JULIÃO AMIN, WILSON CARVALHO E DOMINGOS DUTRA.

REQUERIMENTO Nº 171 / 04

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução Legislativa nº 449/2004 (Regimento Interno), requeiro a Vossa Excelência, que o Parecer nº 169/04, da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, contrário ao Projeto nº 064/2004, que institui a instalação de pelos órgãos oficiais, de postos médicos, nos shopping centers da capital e do interior, para atendimento gratuito e emergencial da população que permanecem em suas dependências, em compras e trabalho, de minha autoria, seja submetido à apreciação do Plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, São Luís, 25 de agosto de 2004. **Reginaldo Costa Nunes** - Deputado Estadual - PL - Maranhão - 3º Vice-Presidente da ALEMA.

TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESENTE SESSÃO POR FALTA DE “QUORUM” REGIMENTAL.

INDICAÇÃO Nº 930 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a V.Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente à Direção da Companhia Vale do Rio Doce, em nome do Legislativo Estadual, solicitando que, numa atitude de solidariedade para com a população do Maranhão, disponibilize um trem composto de plataformas, por um período de 10 (dez) dias, para transportar os veículos condutores de gêneros de primeira necessidade, evitando-se assim o desabastecimento de São Luís e interior do estado.

O percurso desse trem poderá ser entre os parques ferroviários de São Luís e de Rosário com, pelo menos, duas viagens diárias.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS, DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 26 de Agosto de 2004. WILSON CARVALHO - Deputado Estadual.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Expediente lido à publicação.

III - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Com a palavra o senhor deputado Domingos Dutra

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores deputados, ontem eu convidei os deputados que compõem a Comissão Especial das Estradas para irem à ponte do Estreito dos Mosquitos já que este assunto tinha sido tratado em uma audiência pública com doutor Leônidas. Lamentavelmente, apenas eu e o deputado Bacelar estivemos lá. Mas, o que nós vimos senhor presidente, é um verdadeiro escândalo. Primeiro, as estruturas do que seria a ponte nova, aquilo ali tem que ser derrubado. Estão condenadas. Eu sou leigo, mas pela estrutura que lá está, os ferros que estão retorcidos e a parte de concreto é um verdadeiro escândalo aquilo ali. É, talvez, a obra inacabada mais escandalosa dentro da capital. Aquilo tem que ser destruído, tem que ser detonado porque aquilo não serve de coisa nenhuma. Ali está um antro de corrupção nas estruturas iniciais daquela ponte. Mas o que nós também constatamos senhor presidente é que cinco dias se passaram e estão enrolando. Não começaram ainda os trabalhos na ponte Benedito Leite, que é colocar as placas de ferro no piso da ponte. Estão enrolando, passando uma máquina na parte do chão, fazendo uma limpeza por onde deverão passar os carros, mas, o mais importante Deputado Aderson, que são as placas de ferro que é para fazer o piso da ponte, ainda não começaram o serviço. As informações que nos deram é que deve levar no mínimo dois dias e que a liberação da ponte só na quarta-feira. Se isso acontecer vai haver um desastre ali na Ponte do Estreito dos Mosquitos. A revolta dos caminhoneiros é muito grande. Tem caminhoneiros com mulheres, com crianças e não há nenhuma assistência. A Vale do Rio Doce está cobrando oitocentos e setenta reais pelo frete de um caminhão. Os ferry-boats cobrando trezentos e quarenta reais. Não há banheiros, não há comida para os caminhoneiros, não há ambulância para atender os casos de doença. E aqui eu quero fazer um apelo ao líder do governo. O Governador José Reinaldo tem que ter agilidade. Não custa nada para o governador do estado chamar a Vale do Rio Doce e tomar uma atitude para que a Vale faça esse transporte é de graça! Essa empresa é multinacional foi comprada com todo o patrimônio, quando a Vale era estatal, a preço de banana, São mais de 15 navios todo dia levando minério de ferro e nossas riquezas daqui e numa situação de emergência a Vale do Rio Doce não se coloca a disposição para atender a população. O governo do estado tem que fazer uma intervenção nos ferry-boats, é concessão. Toma de conta, disciplina a travessia e depois se vira como pagar! O governo do estado não pode ficar com essa paralisia. O governo do estado tem que encontrar uma solução para a saúde. E aqui eu me dirijo também ao Deputado Julião Amin, é inacreditável que a prefeitura de São Luís, que é a prefeitura mais importante do Estado, não tome uma atitude em relação a saúde! O que é que custa a prefeitura de São Luís mobilizar Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, mobilizar Bacabeira e Rosário, e essas prefeituras se juntarem ao governo do estado e colocar ali banheiros? As pessoas não têm banheiros! Como é que bota banheiro para carnaval fora de época, São João fora de época e não se coloca banheiro para as pessoas utilizarem ali? As pessoas não tem água para beber. Então eu quero aqui fazer um apelo ao governo do estado, que tome atitude, que mobilize os prefeitos. Quero fazer um apelo aqui à bancada do PDT, que o prefeito Tadeu Palácio mobilize a sua estrutura para colocar pelo menos ambulância, colocar banheiros, encontrar uma forma de colocar água para as pessoas que estão lá sem ter água para beber; que o governo do estado junto com as prefeituras encontrem forma para alimentar os caminhoneiros que já não têm mais um tostão para se alimentarem. Tem caminhoneiro vendendo coco, vendendo o que pode para manter a comida. E essa questão do frete senhor

presidente, acho que o governo do estado deveria fazer um contato com a Vale do Rio Doce, ter uma atitude em relação aos velhos, porque a situação, Deputado Julião, é caótica. Eles estão ameaçando hoje obstruir totalmente para não passar carro algum. E a informação que se tem também, é de que é possível que até o tráfego de carros pequenos seja interrompido porque a ponte está abrindo. Portanto eu queria aqui fazer essa sugestão, que a Mesa da Assembléia pudesse tomar alguma atitude junto ao governo do estado, porque os prefeitos ficam olhando para o governador, o governador olhando para o presidente, o presidente olhando para o Papa, o Papa olhando para Deus e a população vivendo aqui no inferno. Desse jeito não há alternativa. Portanto eu queria fazer esse apelo, acho que a Mesa da Assembléia poderia, senhor presidente, tomar uma atitude também; nós não podemos ficar omissos aqui, não podemos ficar omissos pois ali pode ter um desastre com proporções incontornáveis, os caminhoneiros de outros Estados estão ameaçando tomar atitudes bruscas; não há comida, não há água, portanto eu queria aqui fazer esse registro, fazer esse apelo e pedir maior agilidade no governo do estado, porque o governo do estado não pode ficar de braços cruzados simplesmente esperando o Ministro dos Transportes, enquanto podem ser tomadas atitudes aqui que podem suavizar. E da mesma forma eu acho que a prefeitura de São Luís tem porte, tem estrutura, que pelo menos nessa questão da saúde, de banheiros, a prefeitura de São Luís pode também contribuir para suavizar essa situação caótica ali do Estreito dos Mosquitos. Obrigado presidente.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Com a palavra o senhor Deputado Wilson Carvalho.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, galeria e imprensa. Acho que o Deputado Dutra tem razão. Se põe banheiro em carnaval fora de época e em São João, não custa numa situação, que também é fora de época, fora do momento, não custa também de pôr banheiro para suavizar a situação do pessoal que está lá em dificuldade. Mas ontem... deputado, não se tem época para ponte cair, não é? Mas foi fora de época foi completamente despropositada a queda dessa ponte. Bom, ontem eu me reporte aqui sobre essa questão da ponte também e que volto a tratar desse assunto. Eu ontem dizia que a questão não é ficar procurando culpados, o que na verdade precisa é encontrar solução. E eu estou fazendo uma indicação a Mesa Diretora, que eu gostaria da atenção dos deputados, da galeria e da imprensa, acerca de uma solução temporária que se podia fazer, rápida e imediata. O teor do requerimento que eu faço é o seguinte, uma indicação: *Senhor presidente, no forma regimental requereiro a Vossa Excelência que após ouvida a Mesa, seja encaminhada expediente à direção da Companhia Vale do Rio Doce em nome do Legislativo Estadual, solicitando que em uma atitude de solidariedade para com a população do Maranhão, disponibilize um trem composto de plataformas, por um período de dez dias, para transportar os veículos condutores de gêneros de primeira necessidade, evitando-se assim, o desabastecimento de São Luís e interiores do Estado.* O percurso desse trem poderia ser entre os Parques Ferroviários de São Luís e de Rosário ou pelo menos duas viagens diárias. Isso seria uma solução temporária de um problema que surgiu e a Vale do Rio Doce tem condições, com as suas plataformas, de fazer o transporte dos carros. Os carros, eles embarcariam em Rosário, para entrar em São Luís e vice-versa quando tivesse que sair de São Luís para fora da Ilha. De maneira que se houver a boa vontade e interesse da Vale do Rio Doce pode ser feito isso. Naturalmente ela faria isso, teria seus custos e seria feita a cobrança de acordo com a tabela que eles têm. A Vale do Rio Doce, durante o período, não sei se ela ainda faz isso, ela transportava carros nas suas plataformas daqui de São Luís no percurso até Carajás, de modo que eu acho que isso, Deputado Dutra, pode ser uma solução temporária mais rápida e estão fazendo uma via de acesso, botando tábua em cima onde era a linha antiga do trem para passar os carros pesados. Eu acho que essa questão a gente podia analisar, podia

o presidente em exercício, ver uma maneira de fazer um contato com a Vale do Rio Doce, encaminhar esse requerimento, porque eu acho que isso seria uma solução para hoje, senão para hoje talvez para amanhã, pelo menos para minorar o sofrimento e a dificuldade que todos estão enfrentando. Então, quando eu fiz o pronunciamento ontem aqui, eu procurei fazer contato com o pessoal da Vale do Rio Doce e me foi passado, não pela direção, mas por gente que trabalha e que conhece o movimento da Vale do Rio Doce, me foi dada essa possibilidade, porque realmente, o que estou procurando, ao contrário de alguns que estão procurando sempre é criticar, procurando é ver quem é culpado, eu estou tentando ver se conseguimos encontrar uma solução para minorar um problema que surgiu. Agora, neste momento, muito bem. Felizmente, graças a Deus, nós não tivemos nenhum acidente grave na ponte. Quando a ponte rompeu não caiu um carro, não matou ninguém, não tivemos um acidente grave. O prejuízo foi material, quer dizer, é de recuperação da ponte, construção de outra ponte ou sei lá a solução que vão encontrar. Não houve um prejuízo de vidas, está havendo prejuízo material. E esse prejuízo material, quem está sofrendo esse prejuízo pode naturalmente recorrer, pode recorrer à justiça para ser indenizado dos seus prejuízos. Porque quando um carro trafega e que ele cai em um buraco a culpa é do município, é porque ninguém faz, mas as pessoas podem recorrer a justiça e serem indenizadas pelo prejuízo de seu carro. Assim também as pessoas que estão sendo prejudicadas no transporte de ir e vir, podem também entrar na justiça para tentar ressarcimento dos seus prejuízos. É uma coisa lógica. Isso é um prejuízo material, mas nós que estaremos enfrentando daqui a pouco o problema de desabastecimento do que entra para nossa ilha e quem lá do lado de lá precisa de um botijão de gás, do combustível que sai através do Porto do Itaqui e que vai através da BR-135, precisa de uma medida, de uma solução, e eu acho que essa poderia ser uma solução temporária, imediata, para ao longo dos dias aí se encontrar uma solução definitiva e partir rapidamente para a recuperação ou construção daquela outra ponte. De maneira que eu estou tentando encontrar um caminho, é uma sugestão, é uma indicação para a Vale do Rio Doce que eu espero ter o apoio de todos os meus pares para que se possa encontrar uma solução temporária para um problema que é da maior gravidade para todo o Estado do Maranhão. Para que se tenha uma idéia, o Deputado Dutra falou sobre a questão do ferry-boat. Nós que somos da Baixada e que a princípio não teríamos nenhum problema com isso, nós não seríamos afetados mas agora estamos sendo. Porque os caminhões de carga pesados que não podem passar por aqui, só tem um meio de entrar na Ilha ou sair da Ilha, é através do ferry-boat. O que está congestionando o tráfego, os ferry-boats não são preparados para aquelas carretas enormes, isso causa dificuldade no embarque, no desembarque, e já agora eu citei isso no meu pronunciamento anteontem, já há uns dois dias atrás, quando o ferry-boat ia encostar, no aguardo, ficou mais de duas horas esperando outro carregar porque havia dificuldade por causa dos carros muito longos, as carretas enormes que estão com dificuldade querendo sair de São Luís. De maneira que eu acho que essa indicação que eu estou fazendo é muito a propósito e pode ser, talvez, uma solução temporária para o problema. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Deputado Manoel Ribeiro.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores deputados. Eu vim a esta tribuna para solicitar ao presidente da Casa em exercício, uma medida prática e eficiente. Que o senhor convoque agora, forme agora uma comissão de cinco deputados, que irão até a Vale do Rio Doce solicitar para a Vale do Rio Doce colocar um trem, disponibilizar um trem para transportar os carros que saem, que passam ali entre Bacabeira e Perizes onde tem uma plataforma daquela Mineradora Guzios, que embarca ferro gusa, e traga os carros até aqui em São Luís e vice-versa. Seria a solução melhor. Quanto a solução do Deputado Wilson, deputado o trem da vale não vai até Rosário. Em Rosário, a bitola é estreita, a

estrada de ferro São Luís –Terezina que ainda é a bitola estreita. O trem que passa por aquela ponte da Vale do Rio Doce é bitola larga, então, desde Bacabeira e Perizes de Cima, existe uma plataforma onde os trens carregam minério, não, não é mais, acabou, Rosário não faz mais... aquilo é Bacabeira até Perizes de Baixo já é Bacabeira. Então essas plataformas carregarão os carros até aqui e aqui vice-versa, porque em Miranda não tem mais combustível, por aí, pelos interiores aqui nenhum deles têm mais combustível. E seria a solução. Agora, quanto o reforço da ponte, Deputado Dutra, após a sua entrevista hoje ou foi na Mirante, os técnicos da antiga REFFESA estavam dizendo que aquilo eles já vinham preparando, estavam trocando os trilhos e não é para carros. Aquilo é para passagem de trens da empresa. Então não estamos tomando providência nenhuma senhor presidente, e eu peço ao senhor, fiz o requerimento, está aí, estou pedindo agora aqui que o senhor formalize essa Comissão agora, de preferência que nomeasse deputados que entendem do assunto, eu ficaria até fora, não faço questão de ir, mas que ela fosse à Vale e os deputados indo à Vale resolverão esses problemas. Porque o problema é todo nosso. O problema é do prefeito que ficou nisso, o governador, dos deputados federais, estaduais também, vereadores, todo mundo e agora nós temos que ver a solução. Qual seria a solução? É ir agora à Vale do Rio Doce, com certeza eles não irão se furtar de servir ao Maranhão. Porque o que está havendo do lado de lá, está havendo até assaltos porque de manhã cedo caminhoneiros dizendo que estavam sendo vítimas de assaltos, estão com problema de saúde, problema de alimentação, enfim, está um caos. E para esse caos nós temos que mostrar que nós estamos aqui com a solução e queremos resolver. Eu peço encarecidamente, porque V.Exa. pode nomear uma comissão e essa comissão se deslocará até a Vale do Rio Doce e que eles resolverão esse problema, muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - A pedido do deputado Manoel Ribeiro designo então essa comissão para que possa intervir junto a Companhia Vale do Rio Doce: Deputado Antônio Bacelar, Deputado Aderson Lago, Deputado Julião Amin, Deputado Manoel Ribeiro e o Deputado Domingos Dutra, comissão formada e o deputado Wilson Carvalho.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Senhor presidente, além dessa comissão que V.Exa. está oficializando, seria de bom grado que todos os deputados que quisessem e pudessem ir. Porque eu acho que seria fundamental que o Poder Legislativo do Maranhão dando uma contribuição diante da omissão de outros. Eu acho que seria fundamental que o Poder Legislativo se deslocasse e fosse não só lá mas fosse aonde o DENIT para saber se o seu Leônidas tem coragem de diminuir a barriga dele e tomar atitude. Porque também ninguém ver esse cidadão? Veio aqui na maior luta, não fala e o trabalho lá da ponte até agora não começou, seis dias depois. Então eu queria, além da comissão oficializada, que ampliasse por mais gente que queira ir.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO – Senhor presidente, eu concordo plenamente com o Deputado Dutra em parte, porque eu acho que poderia ser tomada inclusive providência de a Presidência desta Casa conseguir um microônibus agora, já começando a tomar providência, conseguir o microônibus para logo que terminar essa sessão imediatamente já fôssemos à Valer do Rio Doce, como Dutra está falando, uma comissão mais ampla. Todos os deputados que quisessem ir porque eu acho que seria interessante se chegassem vinte ou trinta deputados lá, daria um impacto muito maior. Então eu acho que deveria se resumir a isso. A questão da barriga do Leônidas, eu acho que o Dutra pode ir depois cuidar da barriga do Leônidas. Eu acho que o nosso caso agora é resolver o problema com a Vale do Rio Doce.

O SENHOR DEPUTADO ANTONIO BACELAR (sem revisão do orador) - Senhor presidente, uma questão de ordem. Eu gostaria de solicitar da Mesa, que fosse substituída a indicação do

nosso nome para compor essa Comissão e fosse indicado aqui o nobre companheiro deputado Pedro Veloso, em função dessa manhã nós termos uma reunião da nossa comissão. Mas eu gostaria de ressaltar as palavras do Deputado Dutra, que ontem efetivamente nós tivemos lá no local do Estreito dos Mosquitos fazendo esses levantamentos. A situação é grave, é urgente, necessita realmente de uma ação rápida de todos nós, porque não só o abastecimento da nossa capital vai sofrer como também o problema de saúde dos caminhoneiros que estão com famílias, estão sem dinheiro, sem água e sem alimentação. Então eu acho que essa Comissão solicitada pelo Deputado Manoel Ribeiro nasce em boa hora. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO (sem revisão do orador) - Senhor presidente, eu quero fazer mais um pedido a V. Exa. no sentido de que, através da assessoria da Mesa, marque logo uma reunião com a diretoria da Vale agora de manhã e quanto ao microônibus, eu mando buscar um microônibus nosso para servir aos deputados.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – A Mesa recebe o seu pedido deputado, a gente já vai agir. Então eu gostaria de avisar aos senhores deputados e deputadas, que além da comissão fiquem em alerta os demais deputados para poderem compor juntos com a comissão, um grupo e podermos então... o presidente também estará presente para conversar, então, com o presidente da Vale do Rio Doce. Com a palavra o senhor Deputado Julião Amin.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores e senhoras deputados. Eu quero dizer que eu concordo com as colocações feitas aqui pelo Deputado Domingos Dutra, pelo Deputado Manoel Ribeiro, agora parece até que a prefeitura de São Luís que é responsável por esse caos aí, né? Ela que construiu a ponte e foi responsável pelo abalo nas estruturas da ponte? Que o prefeito é omissor? Deputado Manoel Ribeiro, o prefeito não é omissor, o prefeito já manteve os contatos que é da competência da prefeitura de São Luís, no sentido de buscar soluções para o problema da ponte. Agora, nós temos que reconhecer Deputado Domingos Dutra, que se coloca o governo do estado, o governo municipal e esquece o governo federal que é o pai da criança. É o responsável direto pela situação. Mas, deputado, o grande problema é que o nosso estado, o Estado do Maranhão, ele serve para outras coisas. Serve para votar para Presidente da República, para senador, para deputado federal e não se vê nenhuma atitude desses parlamentares na busca de solução para o problema do Estado. Eu não acredito que não tivesse uma medida de urgência que poderia ser decretada pelo ministro, no sentido de encontrar imediatamente uma solução, disponibilizar recursos porque com recursos se encontra solução para os problemas. Então nós esperamos, inclusive, que a Bancada do PT aqui interceda junto ao governo federal para dar uma solução imediata para isso. Nós queremos também solução para isso. Eu entendo que deve se unir todo mundo para isso. Mas nós não podemos responsabilizar a prefeitura de São Luís pela situação que não é da nossa competência. Outra coisa Deputado Manoel, o caos maior não é aqui em São Luís, não se consegue atravessar para cá, é ali em Bacabeira e V.Exa não coloca a situação concreta como deve ser colocada. Aquilo que é da competência da Prefeitura de São Luís, nós já tomamos as providências, Deputado Domingos Dutra, eu acho que é bem colocada a questão dos banheiros. Mas eu quero dizer que nas festas não é a prefeitura de São Luís que coloca deputado Manoel Ribeiro, isso aí é alugado pelos empresários que promovem os eventos na nossa cidade. E gostaria de esclarecer a V.Exa. dessa situação. E eu entendo que é importante que se constitua aqui uma comissão de deputados ou que vão todos os deputados até a Vale do Rio Doce, porque ela também é responsável pela situação que gerou todo esse problema ali na ponte. Os vagões da Vale do Rio Doce que atravessaram a ponte com pesos acima da capacidade de sustentação da ponte. Isso aqui foi denunciado aqui através da imprensa, viu? Uma ponte projetada na década de 72 e

que não houve nenhuma fiscalização do governo federal. Então uma ponte que vem sustentando aí cargas pesadas sem ter capacidade para isso. Então nós devemos reconhecer essas coisas. Então eu acho que é mais de que obrigação da Vale do Rio Doce oferecer os seus serviços, para nesse momento, que nós encontramos impossibilidade de utilizar a ponte, usar os meios de transporte daquela empresa, até por que ela foi adquirida a preço de banana e recebe todo apoio do governo do estado e do governo federal, então nós devemos entender isso, que uma multinacional que explora os serviços do nosso Estado sem dar nada em troca. Nem imposto, hoje em dia a Companhia Vale do Rio Doce paga, recolhe aos cofres do Poder Público Estadual, Municipal e Federal. Então eu acho que é importante essa atitude aqui de se constituir uma comissão e exigir da Vale a contribuição dela, nesse momento, para ajudar, amenizar essa situação que nós nos encontramos. É a maneira que nós temos até voltar a normalidade; até o governo federal tomar atitude devida para regularizar essa situação. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Com a palavra o senhor deputado Aderson Lago.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. Eu vejo que há um grande interesse de alguns parlamentares que aqui já estiveram: o Deputado Dutra, o Deputado Manoel Ribeiro, em ir buscar uma solução para o problema que nós estamos vivendo. E vejo aqui o deputado Dutra a criticar a rede ferroviária faz os primeiros, iniciam os serviços já corrigidos pelo deputado Manoel Ribeiro dizendo que na realidade isso não é para atender a emergência que estamos vivendo, mas ambos são leigos, nenhum deles é engenheiro. Eu quero dizer ao deputado Dutra, que há que ter muito cuidado para se utilizar essa ponte ferroviária. Uma ponte que foi calculada e executada em 1928. Em 1930, onde os três tipos para calcular a ponte, eram uns. Naquela época, não existiam carretas que transportam hoje até cinquenta toneladas. O trem tipo para cálculo da ponte era um. Não sei se vai ser permitido que carretas, aquelas que puxam uma outra carreta, possam atravessar essa ponte. Essa própria ponte, hoje ela já suporta a adutora da CAEMA. Então há que ver, verificar muita coisa. Como engenheiro, também, eu vejo com preocupação por uma foto que está no jornal, a menos que a foto esteja mentindo, que está se escorando, está se escorando a extremidade de um balanço da ponte. Ora, o que é a ponte? São dois balanços, ou seja, para os leigos, é como uma marquise. E nas extremidades dos dois balanços é encaixada uma viga guerber, que é exatamente a parte central. Ora, não sei, deve estar havendo algum recalque, algum problema, que uns dos balanços está cedendo, não sei se é estrutura toda, não sei se é extremidade do balanço e isso pode provocar com que a viga guerber caia. Então o que tinha que ser escorado não é extremidade do balanço, porque vai fazer com que a estrutura funcione de outra maneira. Não estou dando nenhuma aula de engenharia não, Deputado Julião, mas é o mínimo como engenheiro, como profissional eu posso dizer, está lá na fotografia do Jornal Pequeno uma estrutura metálica que parece ser um início de um escoramento, e esse escoramento se for feito da maneira como está sendo feito, vai e pode provocar a queda da estrutura toda, porque a estrutura vai passar a funcionar de outra maneira. É a mesma coisa, você tem uma marquise, uma marquise é um balanço, se amanhã você apoiar, fizer uma parede e apoiar a extremidade livre da marquise e começar a colocar carga em cima, aí sim, ela vai cair, porque ela não foi calculada para isso. É exatamente o que eu estou vendo aqui. E eu vejo aqui a agonia em correr para Vale do Rio Doce. Ora, quem tem que fazer isso e com urgência é o governo do estado que tem que mobilizar a Defesa Civil. A Defesa Civil não é só para os casos de enchentes, de secas, de uma catástrofe, isso é uma catástrofe sim, e a Defesa Civil é que teria que estar lá, já coordenada com a Vale do Rio Doce, organizando o transporte desses caminhões para evitar o desabastecimento de São Luís e o desabastecimento do interior com relação a combustíveis. Há um engano do Deputado Julião, de que a Vale pode ter culpa de muita coisa, Deputado Julião, mas os vagões da Vale nunca passaram naquela ponte.

Chegaram aqui via marítima pelo Porto do Itaqui. Os vagões da Vale chegaram a São Luís pelo Porto do Itaqui. Se V.Exa. disser que as carretas que transportaram a tubulação do ITALUIS, passaram pela ponte, com toda certeza sim, mas os vagões da Vale descarregaram no Porto do Itaqui. Portanto, eu acho que não será esta Casa, é louvável que os deputados preocupem, que pressionem, é uma obrigação nossa, é um interesse da Casa para mostrar que a Casa está sintonizada com o que está havendo, mas não há nenhum sentido fazer com que de uma hora para outra esteja disponibilizado um trem da Vale se não há coordenação para fazer isso. O governo do estado sim, é que é o responsável por isso, é quem tem que coordenar e com urgência, se já não fez. Se não o fez, está incorrendo num grave erro e num grave descaso, e isso é que nós temos que verificar, porque de repente o trem da Vale está disponibilizado e quem é que vai coordenar tudo isso? Já imaginou a quantidade de caminhoneiro querendo ser o primeiro a ser transportado, em que pátio eles vão ter acesso aos trens? Tudo isso tem que ser verificado, e eu tenho certeza que não é essa Casa que vai fazer isso. Ela pode sim, pressionar, mas a obrigação é do governo do estado através da Defesa Civil coordenar todo esse processo. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Com a palavra o senhor deputado Carlos Braide.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS BRAIDE (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. Eu quero parabenizar a iniciativa do deputado Manoel Ribeiro com o requerimento onde propõe uma comissão para que cinco deputados possam ir agora até a Companhia Vale do Rio Doce, para que se tente uma solução para poder fluir o tráfego da estrada da Estiva, passando pela ponte da Estiva até São Luís. Mas eu acho que o problema é tão grave, é tão grave que os caminhoneiros, agora, segundo informação da imprensa, interromperam tráfego, eles cortaram a estrada. Portanto, não há mais trânsito para a Ilha de São Luís. E eu gostaria de ir além do requerimento do Deputado Manoel Ribeiro. Eu gostaria de propor a esta Casa, que nós suspendêssemos a sessão agora senhor presidente, e todos nós, não só uma Comissão, mas todos nós deputados fôssemos até a Companhia Vale do Rio Doce tentar uma solução. Porque a mim parece ser a única medida que possa fazer, que se possa utilizar para a solução desse problema. Então é uma sugestão que faço aqui e peço aos senhores que apreciem.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Depois da Deputada Helena Heluy a sessão estará suspensa, para que todos os deputados juntos com a comissão possam se dirigir a Companhia Vale do Rio Doce.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (sem revisão do orador) – Senhor presidente, só para um esclarecimento. Eu tomei conhecimento há pouco que o prefeito se encontra em Brasília e vai ter uma audiência agora com o Ministro dos Transportes, colocando a gravidade da situação, dizendo que a cidade está em colapso por falta de abastecimento e pedindo providências imediatas para solucionar isso, porque o prefeito foi chamado de omissos e eu queria esclarecer que aquilo que é da competência da prefeitura, nós estamos tomando providências. Muito obrigado.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, colegas de imprensa, senhores e senhoras da galeria. Segunda-feira última, eu trouxe ao plenário uma questão que é um tema, é um assunto, mas é sobretudo uma causa: a Ponte do Mosquito. Trago, inclusive, indicações nossas feitas, uma no ano passado em 25 de junho e outra este ano reiterando os termos da indicação de 25 de junho e a deste ano datada de 8 de março, é que em termos pessoais e pela representação que tenho e este Parlamento tem do povo do Maranhão, não podíamos ficar calados nem omissos. Não podia ser um silêncio a

tônica desta Casa diante desta situação. Aquelas indicações tendo em vista a situação da ponte, agravada pelo início de construção de uma outra ponte, que não se sabe porquê não teve andamento e nem se sabe para onde foram os recursos e são esses os objetos maiores das duas indicações, que não foram respondidas ou pelo menos não chegou até nosso gabinete, até hoje respostas do que era formulado e solicitado nas indicações, muito embora eu tenha a prova concreta e real de que a Casa encaminhou essa solicitação ao superintendente do DENIT, e diante mais ainda da gravidade hoje da situação, sem desmerecer e sem afastar a importância do que já foi requerido e que já existe uma comissão criada e aberta para todos os deputados, de ir à Vale para ver quais as possibilidades de suavizar emergencialmente a questão, e tendo em vista também as ponderações feitas pelo Deputado Aderson Lago, é que estou trazendo mais uma indicação senhor presidente, senhores deputados da Mesa. Essa indicação é fruto já do empenho nosso na esfera federal, Deputado Julião. E a esfera federal na nossa modesta avaliação, há como ou tem como também entrar nessa em caráter emergencial. A indicação diz o seguinte: que seja enviado um ofício ao excelentíssimo senhor ministro de Estado da Defesa, Embaixador José Viegas Filho, solicitando-lhe que sejam realizados urgentes, imediatos estudos por parte do Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro, para uma solução emergencial que resolva o tráfego de veículos da Ponte Marcelino Machado. As informações que nós temos, senhores deputados, que foram obtidas por nosso gabinete, é de que o Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro e todos nós sabemos, é o conhecido BEC, que tem ajudado em construção de estradas, dispõe de tecnologias e recursos materiais necessários para a construção emergencial de pontes em curto espaço de tempo, amenizando os transtornos causados pelo bloqueio abrupto do tráfego de veículos pesados, como caminhões, carretas, ônibus e outros veículos de grande porte, que resultou na decretação de estado de emergência no Estado. É a contribuição que nós trazemos também, no sentido de no mais curto espaço de tempo, podermos ter suavizado, até que seja em definitivo, construída a ponte necessária para enfrentar todo este grande porte de tráfego existente ali. Então é a contribuição que eu trago senhor presidente, já foi dado entrada o que não invalida em nada as solicitações já feitas pelos outros deputados. Obrigada.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO – Senhor presidente, uma questão de ordem.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Questão de ordem.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO (sem revisão do orador) – Questão de ordem para um comunicado a esta Casa. A BR-135 senhor presidente, acaba de ser interditada por caminhoneiros no KM-13 a partir da ponte do Estreito dos Mosquitos no sentido de Santa Rita. Ela acaba de ser interrompida por várias carretas que atravessaram na pista interrompendo de uma vez o tráfego de veículos, inclusive, de veículos pequenos que estava se dando através daquela avenida. De forma que isso urge da nossa parte as providências já propostas aqui até pelo deputado Manoel Ribeiro no início dessa sessão. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Senhor presidente, uma questão de ordem.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Questão de ordem.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Eu queria só atentar à comissão, que eu acho que além da Vale, esta comissão tem que também que ir na prefeitura...

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Deputado, a comissão junto com os deputados que estarão presentes, nós vamos nos dirigir agora à Vale.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Não. Eu estou sugerindo que além da Vale tem que fazer contato com o governo do estado e a prefeitura, para que todas essas medidas; saúde, comida, o governo do estado e a prefeitura tem que tomarem uma atitude hoje. Então, eu quero estender que além da Vale essa comissão vá ao governo do estado, a prefeitura de São Luís, vou convidar o senhor Leônidas para vir aqui, porque ninguém pode ficar omissa. E quero só ampliar o trabalho da comissão. Muito obrigado.

IV – EXPEDIENTE FINAL

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão para que possamos nos dirigir à Companhia Vale do Rio Doce.

ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício nº 1216/2004-GP

São Luís, 18 de agosto de 2004

Senhor Presidente,

Agradeço a Vossa Excelência a gentileza da comunicação, por meio do Ofício nº 376/O4GP/SM, de 11 do mês corrente, da aprovação do Requerimento 163/04, de autoria do Deputado Mauro Bezerra, referente a congratulações à minha pessoa, em razão da determinação de realizar concurso público no Judiciário maranhense.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência a meus elevados protestos de apreço e consideração.

Des. MILSON DE SOUSA COUTINHO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão
NESTA

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ofício Circular nº 0106 - MTE/SPPE

Brasília, 22 de julho de 2004

À Sua Senhoria o Senhor
TATA MILHOMEM
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
Rua do Egito, 144 - Centro
65010-908 São Luiz / MA
Assunto: Convênio — SCY

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, para conhecimento, cópia do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 072/04 - GDS/MA - SCV,

celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Governo do Estado do Maranhão, objetivando a execução de ações do Serviço Civil Voluntário SCV, acompanhada da respectiva publicação no Diário Oficial da União, consoante ao disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993 e no art. 11 da IN/STN nº 1, de 1997.

Atenciosamente,

CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES
Secretário de Políticas Públicas de Emprego – Substituto
SPPE/TEM

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Departamento de Políticas, Programas e Projetos

Memorando Nº 881/2004/SENASP-MJ

Brasília-DF, 8 de julho de 2004.

À Sua Senhoria o Senhor
PAULO PIRES DE CAMPOS
Assessor Especial do Ministro
Ministério da Justiça

Assunto: “Protocolo nº 921/04-GM/ASPAR”

Senhor Assessor

1. A Secretaria Nacional de Segurança Pública vem, através do presente, informar que encaminhou cópia do Ofício nº 241/2004-GP/SM, de 13/5/2004, pelo qual o Deputado Estadual Carlos Alberto Milhomem, solicita providências no sentido de garantir a integridade física do Delegado Regional do Trabalho no Estado do Maranhão, UBIRAJARA PINDARE, à Gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania do Estado do Maranhão para que seja verificada a possibilidade de averiguação dos fatos relatados e que sejam tomadas as providências cabíveis.

Atenciosamente

Valmir Lemos de Oliveira
Diretor

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

OFÍCIO Nº 342/2004-GAB/SEPLAN

São Luís, 11 de Agosto de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
NESTA.

Senhor Presidente,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, acusamos o recebimento do Ofício nº 199/2004-GP/SM, que trata da INDICAÇÃO no 408/2004, de autoria do Exmo. Sr. Deputado HELIO SOARES, que sugere o desmembramento da então Gerência de

Planejamento, Orçamento e Gestão da atividade de Gestão de Recursos Humanos.

Inicialmente, queremos elogiar a iniciativa do nobre Deputado em demonstrar o interesse de promover mudanças voltadas para a modernização do serviço público, com vista ao alcance do exercício pleno da cidadania e equidade social dentro dos princípios constitucionais.

Ocorre Senhor Presidente, que o Governo do Estado julgou conveniente fazer a fusão daquelas duas Pastas, devido à necessidade de adequar o modelo da estrutura organizacional adotada, com a existente na esfera federal de maneira que facilitasse a captação e o redirecionamento dos recursos financeiros externos tão necessários para o desenvolvimento do Estado do Maranhão.

Além disso, a crise financeira que ora atravessamos, nos obriga a adotarmos medidas contenciosas de despesas, razão pela qual a separação das Pastas supramencionadas, ensejaria aporte orçamentário e financeiros que não podem ser disponibilizados no momento atual.

Diante dos argumentos ora apresentados, lamentamos não poder atender indicação do ilustre Deputado.

Atenciosamente

SIMÃO CIRINEU DIAS
Gerente de Estado de Planejamento,
Orçamento e Gestão



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.

Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253

CEP.: 65010-908 - São Luís - MA

Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MÉDICOS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clinica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clinica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 às 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clinica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibraim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 12:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quinta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaias Amaral	Clinica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas

DENTISTAS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Enedina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas



Independência ou morte!

No dia 7 de setembro de 1822, o príncipe regente dom Pedro retornava de uma viagem a Santos, cidade no litoral da província de São Paulo. No meio do caminho, encontrou um mensageiro que lhe levava duas cartas: a primeira exigia seu retorno imediato a Portugal.

A segunda, apontava dois caminhos: a obediência a Portugal ou a separação total da metrópole. Apoiado pela elite brasileira, Dom Pedro não teve dúvidas: proclamou a Independência do Brasil.